



Sociedade e Cultura

ISSN: 1415-8566

brmpechincha@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Brasil

Cantarino Rodrigues, Carolina

Produção de substâncias, revelação e outras armadilhas no combate ao racismo no Brasil contemporâneo

Sociedade e Cultura, vol. 13, núm. 1, enero-junio, 2010, pp. 125-136

Universidade Federal de Goiás

Goiania, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70315011013>

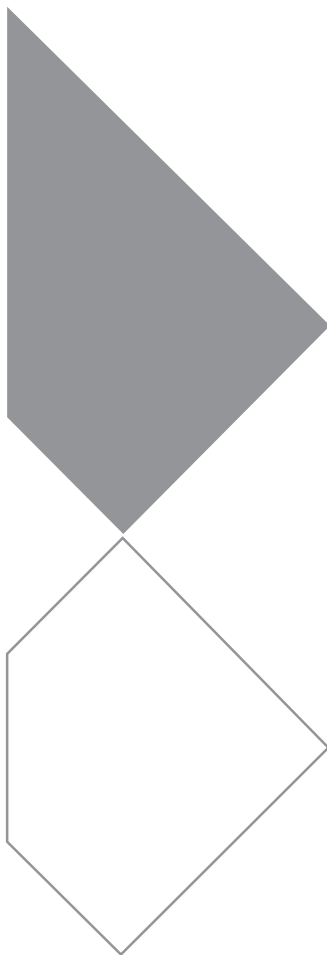
- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Produção de substâncias, revelação e outras armadilhas no combate ao racismo no Brasil contemporâneo

Carolina Cantarino Rodrigues

Doutoranda em Ciências Sociais (Unicamp)

Campinas, SP, Brasil

carolcantarino@hotmail.com

Resumo

Na área denominada como “saúde da população negra”, cresce o interesse pela afro-descendência e pelas chamadas “doenças raciais”. Concomitantemente, mapeamentos genéticos têm sido feitos com o intuito de deslegitimar a “raça”, com base na afirmação da miscigenação como a “verdadeira identidade” do povo brasileiro. Neste artigo, essas questões serão discutidas tendo em vista o modo como a legitimidade e a autoridade da biologia estão sendo mobilizadas para justificar posições políticas. A produção de identidades mediadas pela genética não será aqui discutida como processo de “naturalização”, “geneticização” ou mesmo “biologização” da sociedade. Trata-se de uma “política da representação” que reproduz dicotomias – entre ciência e política, por exemplo – num movimento intenso de hierarquização de predicados e produção de substâncias. A crítica a essa política se faz necessária como uma crítica política à determinação biológica e a sua lógica substancialista e de revelação.

Palavras-chave: identidade, representação, racismo, ciência, política.

Apresentação¹

EM 2006, COM A POSSIBILIDADE de o Estatuto da Igualdade Racial e de projetos de lei relativos às cotas entrarem na pauta de votação do Congresso, manifestos foram lançados, suscitando um debate na imprensa. Dois antropólogos² publicam artigos na *Folha de S. Paulo* para justificar suas posições políticas em relação às cotas raciais e neles discutem também a existência ou não de “raças”, do ponto de vista biológico.

Uma reportagem de capa da revista *Veja*, numa de suas edições de junho de 2007, trouxe estampada, junto a uma fotografia de dois gêmeos idênticos (considerados um branco e outro negro, no processo seletivo da Universidade de Brasília), a seguinte manchete em letras garrafais: “Raça não existe”. Ao longo dessa mesma matéria, fotos de celebridades negras foram dispostas juntamente com quadros, informando, através de porcentagens, a “origem de seus antepassados”, encontrada através da análise de suas sequências de DNA.

Em 2002, no último debate eleitoral entre os candidatos à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva respondeu que não haveria problemas de fraude na seleção dos candidatos às cotas para negros nas universidades federais porque a ciência poderia perfeitamente identificá-los.

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada durante o 32º Encontro Anual da

É intensa a presença da genética no debate sobre políticas de ação afirmativa para a população negra no Brasil. A biologia já não fica mais restrita ao debate na área da saúde, posto quase que simultaneamente ao da educação, mas que não tem tido a mesma visibilidade que as cotas. Hoje, no Brasil, uma das áreas na qual políticas públicas com enfoque *racial* estão sendo concretizadas é o campo de intervenção denominado como “saúde da população negra”. Principalmente após a participação brasileira na Conferência de Durban (2001), quando ativistas negras brasileiras tiveram papel de destaque. A história do movimento de mulheres negras, aliás, é marcada pelo tema da saúde (sexual e reprodutiva), suscitado, principalmente, pela polêmica questão sobre se teria havido, no Brasil, uma (bio)política de esterilização de mulheres negras (Caetano, 2004). É nesse contexto que demandas voltadas para especificidades *raciais* no campo da saúde começam a ser elaboradas.

Ainda em 1996, o Ministério da Saúde realiza uma mesa-redonda sobre saúde da população negra. A conclusão do debate é a de que não haveria justificativa para a criação de programas de saúde específicos. A exceção seria o Programa de Anemia Falciforme, pelo fato de “ser uma doença incidente predominantemente sobre a população afro-descendente e já contar com sinalizadores estatísticos suficientes e convincentes para justificar sua prioridade como problema de saúde pública”.³

Nesse momento, a anemia falciforme já é caracterizada como uma “doença racial”, biologicamente prevalente entre negros, o que justificaria, por si só, a implementação de políticas públicas voltadas para o seu diagnóstico e consequente tratamento junto à população negra. A mesma legitimidade não é conferida à demanda pelo reconhecimento da existência de racismo no acesso e na qualidade dos serviços de saúde.

Os esforços, até então, se voltavam para justificar a necessidade de medidas de saúde específicas para a população negra. Com a implantação do Programa Nacional de Saúde da População Negra, já estamos num outro momento, de efetivação dessas medidas. Através do Comitê Técnico de Saúde da População Negra, o Ministério da Saúde lançou as diretrizes do programa, aprovado em outubro de 2006. “Além das doenças genéticas com maior incidência entre os negros, o Comitê está atento aos fatores condicionantes de exclusão social, como pobreza e escolaridade. A marca da nova política nacional é admitir que há racismo na prática do atendimento e do cuidado à saúde da população negra”, declara o ministério.⁴

Ao analisar os programas de combate à anemia falciforme no Brasil, Peter Fry (2005) conclui que a

ideia de “raça”, num sentido biológico, estaria sendo retomada. Para o antropólogo, a dificuldade histórica do movimento negro de persuadir os “mestiços” a se assumirem como “negros” estaria fazendo com que parcela do movimento aderisse ao discurso da “doença racial” como uma maneira de criar uma identidade. A anemia falciforme legitimaria, assim, o processo de naturalização da taxonomia racial bipolar no Brasil. Para argumentar a favor da “especificidade brasileira” que se diferenciaria dessa classificação concebida em termos bipolares (brancos e negros), Fry refere-se à miscigenação e a alguns mapeamentos genéticos.

Realizados pela equipe do geneticista Sérgio Danilo Pena, os resultados desses mapeamentos apontariam para uma “comprovação científica” de que “não existem raças” ou “não faz sentido falar em raça no Brasil” ou “não existem raças do ponto de vista biológico”. O que faz sentido, dessa perspectiva biológica, é a miscigenação.

Comentando a recepção que esse e outros mapeamentos genéticos tiveram, o antropólogo Ricardo Ventura Santos e o sociólogo Marcos Chor Maio (2003; 2005) destacam como a biologia, recentemente, se concretiza como mais um elemento de disputa política em torno do tema da raça e do racismo no Brasil. Um elemento recorrente nas análises de Santos e Maio é o papel político da genômica na destabilização de identidades sociais, particularmente aquelas calcadas na ideia de raça. “[...] nos debates em torno de Retrato Molecular do Brasil o que temos é a ciência solapando bases que alicerçam posições no plano das políticas de identidade” (Santos & Maio, 2005, p. 262). Esses mapeamentos genéticos tiveram, para Santos e Maio, um impacto positivo na medida em que “deslegitimam cientificamente” a noção de raça, gerando possíveis efeitos na formulação de políticas públicas de combate ao racismo.

Por conta desses possíveis efeitos é que as posições políticas que se utilizam desses mapeamentos genéticos – bem como os próprios mapeamentos – têm sido duramente questionados. Ativistas do movimento negro acreditam que eles reforçam, através da biologia, o discurso da miscigenação que tende, por sua vez, a ser associado à existência de uma (falsa) democracia racial no Brasil. As pesquisas da equipe de Sérgio Danilo Pena forneceriam, dessa forma, um respaldo biológico para o discurso da mestiçagem que, historicamente, tem sido acionado para minimizar o racismo e as desigualdades raciais existentes no Brasil.

A partir das relações postas nesse cenário, gostaria, num primeiro momento, de discutir como a anemia falciforme está sendo socialmente produzida

como uma “doença racial” no contexto do combate ao racismo na área da saúde pública. Vários sentidos relacionados à noção de “raça” estão circulando no debate, sentidos que se definem pela conjunção de raça com outras categorias. Embora nem sempre esteja posta entre aspas neste texto – devido à sua recorrência no debate, algumas delas podem escapar –, vale lembrar que “raça” será aqui discutida em suas concepções êmicas e não adotada como perspectiva analítica (Kofes, 1996).

Depois, proponho debater como recentes mapeamentos genéticos estão mobilizando a miscigenação. Essas questões serão discutidas tendo em vista o modo como a legitimidade e a autoridade da ciência estão sendo mobilizadas para justificar posições políticas na discussão sobre implementação de políticas públicas.

A produção de identidades mediadas pela genética não será aqui discutida como processo de “naturalização”, “geneticização” ou mesmo “biologização” da sociedade, mas como movimento que não lança mão apenas da biologia, mas da conexão das proposições dessa ciência com outras categorias, noções e referências. Falar em naturalização ou biologização seria manter-se fiel à política da representação (Dias, 2008) e sua lógica metafórica (Lewontin, 2002), analógica, reproduzida nos trabalhos e posições políticas que serão discutidos. Ao compartilhar uma política da representação, os dois polos do debate vão reproduzindo dicotomias – aparência e essência, fato e valor, ciência e política, indivíduo e sociedade – num movimento incessante de hierarquização desses predicados e de produção de substâncias. A afirmação de uma autoridade científica e/ou política depende também da reprodução dessa política. A crítica a essa política da representação (Dias, 2008; Viveiros de Castro, 2002; Latour, 1994) se faz necessária, portanto, como uma crítica política ao determinismo, tanto biológico quanto cultural, e sua lógica substancialista e de revelação.

Meu esforço é o de ir além da polarização que caracteriza o debate, atentando para outros movimentos. Portanto uma rede – entendida como uma perspectiva (Latour, 2004) – será aqui tecida.

Doenças raciais e afro-descendência

Doenças que se tornam mais frequentes e graves entre negros devido às dificuldades de prevenção e

acesso ao tratamento têm levantado a seguinte questão: isso se deve às precárias condições socioeconômicas da maior parte dessa população ou à existência de racismo *strictu sensu* no acesso à saúde e à discriminação contra pacientes negros?

Mas não se trata apenas de discutir a existência de racismo na saúde pública: a maior incidência de certas doenças entre a população negra também tem levantado a discussão sobre a relação entre “raça” e doença. A epidemiologia de certas doenças tem sido bastante discutida: faz sentido falar em “doenças raciais”?

Anemia falciforme, depressão, hipertensão arterial, diabetes, miomas uterinos, câncer de próstata. Algumas delas foram listadas no *Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afro-descendente* (2000). Elaborado e revisado por médicos e outros profissionais da área da saúde especializados no tema, o manual foi patrocinado pelo Ministério da Saúde.⁵

O debate sobre a relação entre raça e saúde marca a história do chamado pensamento *racial* e, recentemente, tem ganhado fôlego com novas pesquisas, principalmente na área da medicina, que trabalham com esse recorte. Assim é que a maior vulnerabilidade (ou não) da “população negra” em relação a Aids é discutida. O que tornaria os negros mais expostos à doença? Argumentos culturalistas, baseados na ideia de um comportamento sexual específico (uma “cultura sexual negra”), podem resvalar facilmente na minimização da responsabilidade das instituições de saúde pública ou mesmo no reforço de estereótipos racistas (Vigoya, 2004). O debate sobre as desigualdades no acesso à saúde que não se restringiriam a causas econômicas sugere, por sua vez, uma outra tradução da relação entre raça e saúde, perpassada pela “classe”. A vivência do preconceito racial e suas implicações para a saúde mental (provocando quadros depressivos, por exemplo) evocam a relação entre raça e aparência física. A hipertensão também expressa essa relação, através do estresse provocado por situações de discriminação racial (Laguardia, 2005). Mas também manifesta o compartilhamento de uma experiência histórica: a escravidão. Numa estreita interlocução entre os discursos biológicos e históricos, a hipertensão é entendida como uma doença que seria resultado de uma herança biológica combinada a processos sociais e históricos.⁶ Uma inscrição da história no corpo negro (Maher, 2005).

Gostaria, agora, de me deter na invenção de uma associação específica: a identificação da anemia falciforme como doenças de negros. Diversos tra-

⁵ E é um dos resultados do Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra.

⁶ Partindo do pressuposto de que a ingestão de gordura saturada e de sódio leva ao agravamento da hipertensão, várias hipóteses sobre as

balhos atestam a presença dessa associação, seja na mídia impressa ou no momento do aconselhamento genético (Diniz & Guedes, 2006); seja no trabalho de organizações não governamentais (Maher, 2005; Araújo, 2006); seja no próprio material distribuído pelo Ministério da Saúde (Fry, 2005); seja nas ações das secretarias estaduais da saúde, na prática cotidiana dos médicos, entre os familiares de crianças diagnosticadas com traço falciforme, pelo chamado teste do pezinho⁷ (Gonzalez, 2006).

Doença genética mais comum no Brasil (acredita-se que oito milhões de pessoas são portadoras dessa enfermidade), a anemia falciforme é causada pela má formação das hemoglobinas (glóbulos vermelhos) que, em vez de um contorno arredondado, adquirem a forma de foice, obstruindo os vasos sanguíneos e gerando crises intensas de dor, infecções, úlceras e outras complicações. Trata-se de uma doença hereditária, transmitida pelos pais, que podem ser portadores dela sem saber. Para ter filhos com a doença, é preciso que tanto o pai quanto a mãe sejam portadores do traço falcêmico (da alteração do gene ligado à produção da hemoglobina) (Criola, 2002).

A presença da doença no Brasil é justificada por uma referência à diáspora africana, já que ela surgiu na África ocidental, como uma mutação genética que criaria uma resistência à malária (Oliveira, 2006). Essa seria a definição científica da doença, quem vem sendo (re)traduzida no âmbito de organizações não governamentais de mulheres negras que atuam na área da saúde e que desenvolvem uma série de atividades – incluindo grupos de auxílio aos portadores da moléstia.

Liderança política relevante nessa questão é Fátima Oliveira, médica da Universidade Federal de Minas Gerais, ativista do movimento de mulheres negras e principal idealizadora do Programa Nacional de Anemia Falciforme do governo federal.

O que diz Fátima Oliveira sobre a doença? Inicialmente, a médica concede uma explicação científica: mesmo que não faça sentido falar em raça do ponto de vista biológico, não se pode desconsiderar a questão da “predisposição biológica” que deve ser entendida como “o binômio indissociável composto por constituição hereditária e meio ambiente”. O exemplo, segundo ela, seria justamente a doença falciforme. Ela seria, segundo Oliveira, o resultado de causas multifatoriais, dentre elas, a hereditariedade e os agravos à saúde decorrentes da vivência do racismo e da pobreza. Mas restringir a incidência da doença falciforme aos negros não seria tratá-la como uma doença racial? Fátima Oliveira muda de tom na res-

posta a essa pergunta e termina por ressaltar o caráter biológico da doença para justificar sua “prevalência na população negra”:

Não podemos nos escusar e dizer que diante do diagnóstico de anemia falciforme em pessoa de qualquer cor da pele, não podemos ter dúvida de que alguém de sua ancestralidade ‘dormiu’ com um preto ou um afro-descendente! Isso sim é o que diz a ciência. Precisa dizer mais? (Oliveira, 2006)

Assim é que a anemia falciforme vem sendo caracterizada como uma doença afro-descendente. Ressalte-se que afro-descendência, aqui, sugere uma ambiguidade, uma imprecisão que permite que a anemia falciforme seja identificada como um problema da “população negra”, mesmo que “cientificamente” não se possa considerá-la assim, já que ela poderia ser diagnosticada em “pessoa de qualquer cor da pele”.

Nesse encontro entre ciência e política de identidade, a ciência pode, portanto, emprestar forças à identidade para ressaltar a hereditariedade (através da doença) e também mobilizar uma ancestralidade africana: uma afro-descendência. A doença racial permite o mesmo percurso de um mapeamento genético: uma genealogia. Os traços falciformes são traços africanos que perdurariam no tempo, se difundiriam pelo espaço, concretizando-se nos corpos negros através da hereditariedade.⁸

Cristina Maher (2005), ao trabalhar com duas associações de auxílio e aconselhamento aos portadores da doença falciforme na cidade de São Paulo, faz referência a essa ambiguidade na utilização do termo “afro-descendente”. Ela observou o incômodo causado pela presença de falcêmicos brancos que, durante as reuniões, relatavam problemas para serem atendidos nos postos de saúde, já que, por serem brancos, tinham sua condição de portadores da doença constantemente questionada por profissionais de saúde. Essa ambiguidade é desdobrada, ainda, em diferentes definições sobre a anemia falciforme, adotadas por diferentes movimentos sociais que lidam com a doença e que disputam o “falar em nome” (a representação) dos pacientes. Enquanto o movimento negro a define como uma “doença racial”, movimentos de portadores falcêmicos preferem tratá-la como uma “doença específica”. Dentre estes últimos, há ainda os que afirmam a legitimidade de sua representação a partir do conhecimento científico que sua equipe detém sobre a enfermidade, e aqueles que afirmam sua representatividade pelo fato de serem portadores dela (Araújo, 2006).

⁷ A inclusão do teste de detecção do traço falciforme, na triagem neonatal, a partir de 2001, pode ser tomada como um dos indícios da institucionalização de um “campo da saúde da população negra” marcado pelo protagonismo do movimento negro.

Outros sentidos para “raça” foram dados por Ju-
rema Werneck, coordenadora da organização não go-
vernamental Criola, do Rio de Janeiro, que também
atua na área denominada como “saúde da população
negra”. Numa palestra na Unicamp (2006) sobre a
Política Nacional de Atenção Integral da População
Negra, sua exposição começou com uma definição
do conceito de “raça”. “Ele fala muito menos de
questões biológicas e muito mais das relações sociais,
políticas, do racismo.” Logo em seguida, ela questio-
na o porquê de a variável raça/cor não fazer parte das
pesquisas na área da medicina e mesmo dos prontu-
ários médicos: “Um medicamento que, nos Estados
Unidos, provocava choque anafilático em negros só
foi detectado porque lá existe a variável raça/cor. Os
problemas e as soluções das pesquisas daqui nem sem-
pre consideram essa questão. E não consideram por
causa do racismo.”

Note-se que o objetivo é o necessário e premen-
te combate ao racismo; mas aqui ele aparece (con)
fundido com a criação de uma substância para “raça”,
através de uma referência à biologia (“um medica-
mento para choque anafilático em negros”). A reve-
lação dessa essência – concebida pela combinação da
biologia com outras referências – abriria possibili-
dades para uma *conscientização racial* na medida em que
seria possível “trazer à tona”, “desvelar” ou mesmo
“conscientizar” os sujeitos quanto à sua “raça”.

A identificação racial funcionaria, assim, *diale-
ticamente* – “raça para combater o racismo” (Sartre,
1978) – e de modo semelhante a certa utilização mar-
xista das categorias proletariado ou classe trabalhado-
ra: construídas, “em si”, como virtualidade política,
elas precisam ser apropriadas pelos sujeitos, tomadas
“para si”, em nome de sua própria emancipação. As-
sim, a identidade é concebida como um processo de
“revelação” e de “tomada de consciência” baseado na
reconhecimento de uma identidade negra que precisaria
ser reconhecida, (re)descoberta.

Possíveis armadilhas, nessa opção por um es-
sencialismo estratégico, foram discutidas por Elena
Gonzalez (2009), ao tratar dos diferentes usos de uma
biotecnologia na articulação de ideias sobre “raça”: a
tecnologia de medição de leucócitos no sangue (leu-
cograma). A reapropriação dessa tecnologia é anali-
sada, por Gonzalez, em duas situações etnográficas
na região metropolitana de Salvador. Da primeira,
fazem parte ativistas e cientistas da área de saúde da
população negra, que defendem a necessidade de es-
tabelecer valores de referência “raciais” para a medi-
ção de leucócitos e, assim, instituir políticas públicas
focalizadas. Na segunda situação, a indústria química,
diante da existência de trabalhadores com leucopenia
(por conta de uma intoxicação química), caracteri-

A leucopenia é a diminuição do número de leu-
cócitos no sangue. Ela pode ser causada, dentre ou-
tras coisas, pela exposição ao benzeno, contaminação
conhecida como benzenismo. Diante da intoxicação
de trabalhadores, a leucopenia deixa de ser atribuída
às más condições de trabalho a que estão expostos
esses trabalhadores para ser caracterizada como uma
doença *racial*, por parte dos industriais: *é da raça negra
ter um número baixo de leucócitos*. Aqui, há, portanto, o
risco do comprometimento da luta política envolven-
do melhorias das condições de trabalho, por conta de
uma concepção racial da doença. Nessa situação, a
leucopenia – como especificidade do corpo negro –
passa a ser contestada por trabalhadores e sindicalistas:
a legitimidade do argumento racial (utilizado pelos
patrões) é questionada porque, através dele, o que se
faz é negar direitos aos trabalhadores.

Mapeamentos genéticos e miscigenação

“De acordo com John Maynard-Smith, outro
importante geneticista inglês, Haldane era ‘supremo’
como popularizador da ciência porque captava co-
nexões que ninguém mais havia percebido” (Pena,
2007). Não só Maynard-Smith e Haldane mas tam-
bém Stephen Jay Gould e Lewis Thomas. Assim é
que Sérgio Danilo Pena abre *A flor da pele – Reflexões
de um geneticista* (2007), dizendo-se inspirado por esses
cientistas por eles terem sido capazes de criar, em seus
textos de divulgação científica, conexões entre a ge-
nética e a filosofia, a música, a literatura e as ciências
sociais, conexões “insólitas, brilhantes e iluminado-
ras” (Pena, 2007, p. 10). Cientistas que viram e veem
o que ninguém mais consegue enxergar. Que detêm
(o monopólio de) uma vidência.

Sérgio Pena é um dos protagonistas do debate
público sobre a implantação de cotas raciais no Bra-
sil. Frequentemente tem sido convidado para dialogar
com as Ciências Sociais nessa discussão. Nas publica-
ções em revistas e jornais, assim como em seus arti-
gos acadêmicos, expõe os resultados de suas pesquisas
científicas para validar sua posição política contra as
cotas raciais. A relação entre a variabilidade genômica
humana, a ancestralidade e a aparência física das pes-
soas, revista através da genética molecular, permitiria
afirmar que “raça” não tem um significado biológico
(Birchal & Pena, 2005/2006). Para Sérgio Pena, tal
evidência científica deve ser incorporada como um
valor pela sociedade. Vamos desdobrar sua tese, na
medida em que ela constitui uma das posições po-

O *homo sapiens sapiens* é uma espécie jovem no planeta, surgida na África há menos de 150.000 anos. Por isso, a diversidade genética é maior no continente africano do que nos demais: populações mais antigas teriam tido mais tempo para acumular variabilidade genética. As diferenças morfológicas seriam ainda mais recentes (40 a 50.000 anos) e são atribuídas às adaptações ao meio ambiente (adaptação da cor da pele aos diferentes níveis de radiação ultravioleta).

Essa diversidade genômica é o que subjaz como natureza humana e vem sendo revelada pela genética molecular. Para atestar essa variabilidade, Pena sempre cita um estudo de Richard Lewontin (1972) que permitiria questionar o conceito de raça associada à população. Ao cruzar dados genéticos de diferentes populações divididas em grupos raciais – caucasóide, mongolóide, americana, etiópica e malaia –, Lewontin concluiu que 85,4% das variações genéticas ocorrem dentro das próprias populações, 8,3% entre as populações de uma mesma “raça” e 6,3% entre as “raças”.

A descrição das variabilidades morfológicas interpessoal e interpopulacional pertence à esfera das aparências, ao mundo fenotípico. Se agora penetrarmos no mundo genômico, o quadro muda consideravelmente. Subjacente à individualidade morfológica das pessoas realmente existe uma individualidade genômica absoluta. (Pena, 2007, p. 55)

Nesse discurso, o corpo é traduzido como aparência e essência. A “cor da pele”, “formato do rosto”, “grossura dos lábios”, “textura do cabelo” e outras características físicas de sua “morfologia” são “superficiais”. Mundo fenotípico, mundo fenomenológico. Mundo falso, “à flor da pele”. A essência, a verdade que subjaz e é desvelada pelo cientista, é o genoma. Absoluto.

E qual seria, segundo esse discurso, a verdade sobre os brasileiros? De que modo uma identidade brasileira é traduzida em termos genéticos? O que seria peculiar e específico dos brasileiros? A miscigenação ou a “mistura de genes” entre “ameríndios”, “europeus” e “africanos”, descrita em *Retrato molecular do Brasil* (2000). Ela é responsável pela “fraca” relação entre cor e ancestralidade, atestada em outro mapeamento genético (*Color and genomic ancestry in Brazilians*, 2003). A pesquisa buscava verificar se existe uma correlação entre “raça” e ancestralidade entendidas como uma correspondência entre aparência física e origem geográfica.

A principal conclusão foi a de que não há correspondência entre as características fenotípicas e as características genômicas. Ou seja, a cor, no Brasil, não seria um indicador de uma ancestralidade africana. Uma série de outros estudos utilizando marcadores

moleculares validou esses resultados, estendendo-os para todas as regiões do Brasil.

Ressalte-se que a perspectiva antiessencialista que se depreende da pesquisa genômica pode se tornar peça relevante em jogos retóricos de grande relevância sociopolítica graças à autoridade e à legitimidade que desfruta na sociedade ocidental dos tempos atuais. (Santos & Maio, 2005, p. 463)

Perspectiva antiessencialista?

Por que os autores dos mapeamentos genéticos citados escolheram medir a ancestralidade do “povo brasileiro”, a partir do “europeu”, do “ameríndio” e do “africano”? Trata-se da presença da chamada “fábula das três raças” e de sua lógica identitária, substancialista, na medida em que é concebida como resultado biológico do encontro sexual entre “brancos”, “negros” e “índios”, assim como entre suas respectivas “culturas”. Nesse sentido, não pode haver miscigenação sem que existam raças/culturas.

Ao discutir o processo (contra-hegemônico) de reafricanização de Salvador, Osmundo Pinho lembra que a mestiçagem⁹ pode ser o essencialismo característico da identidade nacional e da hegemonia racial.

Seja com relação aos discursos oficiais sobre a miscigenação, seja com relação às práticas concretas, dispersas e multivariadas, os temas da miscigenação para o caso brasileiro parecem comprometidos com a história da dominação racial de modo irrevogável, como a história da consolidação de um pensamento propriamente racial que tem a invencível propriedade de fazer-se presente sem estar pronunciado e de produzir efeitos sem ser identificado. (Pinho, 2003, p. 163)

Essa leitura da miscigenação como política de Estado, como uma biopolítica (no sentido foucaultiano) que não poderia ser desatrelada da subordinação e do “branqueamento” (dos mestiços e negros), também aparece na perspectiva de outros autores (Segura-Ramirez, 2006).

Os mapeamentos genéticos se opõem a uma identidade racial através da afirmação de uma outra identidade: a nacional.¹⁰ Essa oposição – feita sob a mesma lógica identitária, substancialista – também é reproduzida através da oposição grupos (raciais)/aparência/fenótipo *versus* indivíduo/essência/genótipo. “A singularidade genética não é suficiente para explicar totalmente a individualidade humana, mas

certamente constitui o elemento mais fundamental da mesma” (Pena, 2007, p. 61). Assim é que o geneticista, em sua “receita para uma humanidade desracionalizada”, aposta no indivíduo, concebido como um compósito de “identidades múltiplas”. Mas, dentre elas, prevalece a identidade mais elementar e primordial: a “singularidade genética”.

A ciência falando sobre si mesma

Além de afirmar, a partir dos seus trabalhos científicos sobre a diversidade genética da população brasileira, que não faz sentido, do ponto de vista biológico, falar em raça no Brasil por causa da miscigenação, Sérgio Danilo Pena também defende que, exatamente por ser científica, essa afirmação é que deve prevalecer na sociedade:

Embora a ciência não seja o campo de origem dos mandamentos morais, ela tem um papel importante na instrução da esfera social. Ao mostrar ‘o que não é’, ela liberta pelo poder de afastar erros e preconceitos. Assim, a ciência, que já demonstrou a inexistência das raças em seu seio, pode catalizar a desconstrução das raças como entidades sociais. (Pena, p. 2006)

O processo seria análogo ao da revolução científica no século XVII, que, segundo ele, teria inviabilizado a crença em bruxaria:

Alguns certamente vão tentar rejeitar essa visão, rotulando-a de elitista e reacionária. Mas, como ela é alicerçada em sólidos fatos científicos, temos confiança de que, inevitavelmente, ela será predominante na sociedade. (Pena, p. 2006)

Ao falar sobre si mesmo, esse discurso científico afirma que caberia à ciência revelar a verdade dos fatos, instruindo a sociedade sobre eles, mas ela faz deles o que quiser. Definidos como dois domínios distintos – o dos fatos e o dos valores –, a ciência, nesse discurso, é o conhecimento que se ocupa *daquilo que é*, da realidade. A ética é a filosofia que se ocupa *daquilo que deve ser*, das normas que regem os costumes da sociedade. Como a relação entre eles é pensada? Segundo Pena – num artigo escrito em parceria com a professora de filosofia Telma Birchall – a partir de duas teses :

1) A compreensão da diferença de natureza entre ética e ciência é fundamental para que se estabeleça um diálogo fecundo entre elas e para a prestação de serviços mútuos – não se deve confundir o domínio das

2) Embora o conhecimento científico não fundamente os valores, ele é capaz de afastar erros e preconceitos, desempenhando assim um papel libertador no exercício das escolhas morais. (Birchall & Pena, 2005–2006, p. 16)

Sérgio Pena afirma que reviu sua posição inicial de que o papel da ciência deveria ser apenas “informativo”, “instrutivo” e não “prescritivo” (Birchall & Pena, 2005–2006). Ao deixar vir à tona o que antes se queria esconder, essa posição também termina por reforçar uma armadilha posta por esse cientificismo: criticá-lo implicaria ser contra a ciência. Tudo fica ainda mais complicado quando essa ciência se coloca contra o racismo! Essa armadilha está posta em outros debates políticos que envolvem questões científicas (como a utilização de embriões humanos em pesquisas e a liberação do aborto nos casos de anencefalia do feto). Assim é que qualquer tentativa de questionamento da ciência é tida como discurso engajado, ideológico, obscurantismo, irracionalidade, falta (déficit) de conhecimento ou de informação.

Os pregadores do racismo neonegro parecem não conseguir entender que uma coisa é o fenômeno objetivo da mestiçagem e outra coisa, bem diferente, são as ideologias do ser mestiço. Uma coisa é a troca biológica de genes, outra coisa é o que você pode pensar sobre isso. Acontece que as ideologias da mestiçagem no Brasil foram produzidas, desde o século 19, a partir de uma perspectiva senhorial. Reagindo contra isso, os movimentos negros escolheram o caminho mais fácil e, ao mesmo tempo, mais falso. (Risério apud Pires, 2008)

A posição de Antonio Risério também está atravessada pela política representacional e do julgamento – a partir de uma autoridade científica – que marca o debate. Nela é explícito o modo como uma mestiçagem tida como realidade objetiva (que seria comprovada cientificamente pelos mapeamentos genéticos) vem sendo traduzida por aqueles antropólogos que defendem uma interface dessa disciplina com a genética. Uma “antropologia na era da genômica”, utilizando-a em seus argumentos políticos.

Um correto reconhecimento, uma reconhecimento da materialidade da vida dada pela biologia. Assim é que essa antropologia atribui um papel político à genômica na desestabilização de identidades sociais (particularmente aquelas calcadas na ideia de raça).

É necessário relativizar a premissa segundo a qual o processo de genética da sociedade, até mesmo com seus desdobramentos no plano das políticas de

inexoravelmente atrelados à biologia por uma larga gama de reflexões socioantropológicas. (Santos & Maio, 2005, p. 464)

Política da representação

No que venho discutindo até aqui, ganha visibilidade o modo como a autoridade e a legitimidade da ciência, particularmente da biologia, vêm sendo acionadas, por diferentes sujeitos, para intervir num debate político. Tanto no caso dos mapeamentos genéticos – e da sua utilização como argumento contrário às cotas, por exemplo; como no caso das doenças – como argumento para criar políticas específicas para a população negra. Assim é que se faz uso do discurso científico, biológico, que se afirma inquestionável – essencial – ao mobilizar os signos da inevitabilidade, da materialidade e da objetividade. Estabelece-se uma distinção entre a produção do conhecimento no laboratório, pelos cientistas, como uma etapa, uma dimensão anterior e distinta daquela que seria sua apropriação/recepção/instrumentalização posterior pela “sociedade”, que pode vir, inclusive, a “deturpar” esse conhecimento “neutro”.

Vários pressupostos orientam essas leituras da ciência. O primeiro deles é o da existência de uma realidade objetiva posta “lá fora”, *sobre a qual* significados culturais seriam impostos, adicionados. Estaríamos no domínio da natureza porque somos organismos (como afirma a teoria da evolução e a genética: evoluímos dos primatas e compartilhamos, por isso, 98% do nosso DNA com os chimpanzés). Somos animais. Mas também estamos fora do reino da natureza porque somos seres racionais: dotados de reflexividade, com mentes aptas para pensar e representar nossas experiências. Segundo esse *mito* e sua lógica representacional, construcionista, a origem, a fonte dos significados investidos sobre a natureza seria a cultura. Esse objetivismo orientaria não só a biologia, portanto, mas também uma certa concepção de cultura presente na antropologia (Ingold, 1996). Nesse sentido, existiria um único e universal mundo da natureza sobre o qual diversos mundos culturais e particulares seriam sobrepostos. Um mundo dado, natural, sobre o qual se ergueriam mundos culturais arbitrariamente construídos.

Bruno Latour (2004) discute o que se fala (inclusive cientificamente) sobre o corpo e as implicações epistemológicas e políticas da dicotomia entre um mundo fisiológico e um mundo fenomenológico, natureza e cultura como instâncias ontologicamente diferenciadas. A reprodução dessas dicotomias daria

margem para uma hierarquização do conhecimento sobre o corpo, que coloca no topo as “ciências duras” que teriam acesso ao mundo real, das qualidades primárias, materiais, visíveis, práticas, objetivas, da realidade tal como ela é; os demais conhecimentos sobre o corpo (incluindo-se as ciências humanas) ficariam com as qualidades secundárias, invisíveis do mundo, subjetivas, como o imaginário, as crenças, as ideologias, os discursos ou as representações.

Eduardo Viveiros de Castro, através de uma comparação entre a filosofia das sociedades indígenas amazônicas e a filosofia ocidental, tem proposto um perspectivismo para romper com essa política representacional tanto da natureza quanto da cultura.¹¹ Política representacional que opera de modo substantivista e dicotômico com essas duas categorias, hierarquizando os predicados nelas embutidos tais como universal/particular; objetivo/subjetivo; físico/moral; fato/valor; dado/construído; corpo/espírito; animalidade/humanidade; aparência/essência; necessidade/espontaneidade; imanência/transcendência, dentre outros.

O pensamento ameríndio e seu multinaturalismo promovem uma recombinação relacional (de outra ordem, portanto) dessas categorias. Humanos e não humanos são dotados de perspectiva e compartilham a cultura (ou a humanidade) como condição comum porque não existem *a priori* e se definem dependendo da relação em que estão inseridos. Por isso, mais do que os nomes, o que importa são os pronomes (os pronomes cosmológicos) que põem em relação.

Essa noção ameríndia seria inversa ao naturalismo ocidental e aos seus mitos de origem contados pela ciência (como a teoria da evolução). Se, para os indígenas da Amazônia, faz sentido, em determinadas situações, proceder segundo a noção de que “os animais são gente”, em contraste, para os ocidentais, a proposição inversa de que os “os seres humanos são, no fundo, animais” (como propõe a biologia) também faria sentido em certos contextos.

A modernidade, como discurso ocidental, estabeleceu uma incomensurabilidade entre os “modernos” e os “pré-modernos”. Seríamos modernos, cartesianos, por ter cortado a fina rede que une a economia, a política, a religião, a ciência, separando tudo em instâncias e dimensões distintas, reduzindo umas às outras nas explicações, interpretações, críticas, dialéticas, representações das ciências. A antropologia há muito se acostumou a tratar das relações entre o natural e o cultural nas chamadas sociedades pré-modernas ou não ocidentais. Mas, por causa da modernidade, seria impossível à antropologia fazer com o Ocidente o que a etnologia faz com outras sociedades (Latour, 1994).

Deixamos de ser modernos quando paramos de olhar apenas para a purificação que separa tudo em instâncias e dimensões distintas, quando abandonamos a política representacional, quando a crítica entra em crise. Deixamos também de ter sido modernos quando notamos que as confusões de fronteiras (os híbridos) desde sempre existiram no Ocidente. O futuro e o passado se transformam. Mais do que isso: uma antropologia simétrica (a antropologia da ciência) se torna possível. Uma epistemologia política passa por olhar *simultaneamente* a tessitura da rede (a confusão de fronteiras) e sua destruição, ou seja, o trabalho de proliferação dos híbridos e de sua purificação (Latour, 1994), como movimentos característicos da modernidade. Da ciência moderna.

Mas a questão do mundo contemporâneo seria mais a proliferação (“pós-moderna”?) intensa e desenfreada dos híbridos do que a manutenção de um mecanismo de purificação (“moderno”?)? Estariam as novas tecnologias relacionadas à genética transformando a cosmologia ocidental e suas concepções de natureza e cultura? Monteiro (2005), inspirado pela figura do ciborgue de Donna Haraway, discute como as práticas da biotecnologia alteram as concepções sobre o corpo na medida em que modificam a própria materialidade da vida com corpos sendo transformados em biorreatores, técnicas de transgenia, clonagem, inteligência artificial, vida sintética. O futuro pós-cartesiano ou mesmo pós-humano já chegou.

Mas desestabilizações convivem com algumas repetições no campo das políticas de identidade – e da relação entre ciência e política. Assim é que a biologia (atrelada a outros predicados) continua sendo acionada para reforçar uma natureza humana ontológica e substancializada, a partir da qual se teria acesso à verdade da vida e, mais do que isso, da própria política.

Paul Rabinow (1999), ao tratar dos novos desafios postos num mundo marcado por uma biossociabilidade, alerta para esse tipo de reforço/transformação:

Por caminhos complicados, e frequentemente traiçoeiros, as categorias mais antigas podem até ganhar uma força renovada, à medida que a nova genética comece a se disseminar, não apenas no racismo óbvio tão desenfreado hoje em dia, mas de uma forma mais sutil em estudos, por exemplo, sobre a maior suscetibilidade dos negros à tuberculose. Meu argumento é simplesmente que essas classificações culturais mais antigas serão reunidas num vasto arranjo de novas classificações que irão se sobrepor, parcialmente substituir, e eventualmente redefinir as categorias mais antigas de diversas maneiras, que vale muito a pena monitorar. (Rabinow, 1999, p. 148)

Assim é que as biotecnologias também vêm suscitando discussões sobre as possibilidades de uma nova eugenia (Black, 2003) na medida em que, com a identificação genética, o determinismo biológico – que afirma que as desigualdades sociais derivam de distinções herdadas e inatas – seria intensificado.

A informação genética permeia, por exemplo, a medicina ligada à concepção e à gestação, como o aconselhamento genético e a propagação de testes pré-natais para a detecção de doenças e outras possíveis alterações no feto. Mas o que fazer com esses diagnósticos? O debate em torno do direito de escolha das mulheres de interromper a gestação em casos de anencefalia do feto¹² tem exposto, dentre outras questões, os dilemas morais e políticos postos pelo chamado aborto terapêutico.

As novas tecnologias reprodutivas também são utilizadas para reforçar *vínculos de substância* entre pais e filhos. “O desejo de ter um filho do próprio sangue” é o argumento comum dos casais que recorrem a algumas técnicas de reprodução assistida como a fertilização *in vitro* e a inseminação artificial em detrimento da adoção, por exemplo. Seja através da noção de parentesco como laço de sangue ou como vínculo genético pelo DNA, muitos compartilham a crença na transmissão hereditária de qualidades não apenas físicas mas também morais e culturais (Luna, 2007).

A hiper-sofisticação da natureza proporcionada pelas biotecnologias conviveria, assim, *pari passu* com uma super-simplificação da cultura (McKinnon, 2001), tal como na chamada psicologia evolucionista, que propõe explicações biológicas para supostas diferenças cognitivas entre homens e mulheres e para seus comportamentos sexuais. Uma perigosa consequência política dessas diferenças seria o risco da naturalização da desigualdade entre homens e mulheres. O psicólogo evolucionista David M. Buss, por exemplo, afirma que a (suposta) preferência das mulheres por homens com mais recursos financeiros (o que aumentaria suas chances de “sucesso reprodutivo”) explicaria a dominação masculina. Ou seja, o ônus da desigualdade recairia sobre as próprias mulheres.

Esse cenário sugere o prosseguimento do trabalho de purificação por parte da ciência: a autoridade e a legitimidade (política) que a ciência desfruta no mundo contemporâneo provêm da própria negação da política. Essa negação se concretiza também na discussão sobre a existência ou não de identidades no plano da natureza (identidade negra, feminina, masculina, gay etc.). Nesse cenário, a desigualdade (o racismo, o sexismo, a homofobia etc.) fica em segundo plano.

Referências

- ANJOS, José Carlos do. Etnia, raça e saúde: sob uma perspectiva nominalista. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Livio (Orgs.). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- ARAÚJO, Reginaldo S. Organização e politização do movimento de saúde dos portadores falcêmicos na Grande São Paulo. *Série Anis*. Brasília: Letras Livres, set. 2006.
- BIRCHAL, Telma; PENA, Sérgio Danilo J. A inexistência biológica *versus* a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social? *Revista USP*, São Paulo, n. 68, dez./jan. 2005-2006.
- BLACK, Edwin. *A guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha dos Estados Unidos para criar uma raça dominante*. São Paulo: Girafa, 2003.
- CRIOLA, *Boletim Toques*, ano 4, n. 18, 2002.
- CAETANO, André Junqueira. A relação entre cor da pele/raça e esterilização no Brasil: análise dos dados da pesquisa nacional sobre demografia e saúde – 1996. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Livio (Orgs.). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- CARVALHO, José Jorge de. Poder e silenciamento na representação etnográfica. *Série Antropologia*, Brasília, 2002.
- DIAS, Susana Oliveira. *Papelar o pedagógico* – escrita, tempo e vida por entre imprensas e ciências. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp, Campinas, 2008.
- DINIZ, Debora; GUEDES, Cristiano. Informação genética na mídia impressa: a anemia falciforme em questão. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, p. 1055-1062, 2006.
- FRY, Peter. O significado da anemia falciforme no contexto da política racial do governo brasileiro 1995-2004. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, 2005.
- FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Divisões perigosas* – políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GONZALEZ, Elena. *Está no sangue*: articulação de ideias sobre “raça” e ancestralidade entre portadores de doença falciforme em Salvador. In: XXV REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA ABA, Goiânia, 2006.
- GONZALEZ, Elena. *Se meus neutrófilos são baixos então eu tenho um pé na cozinha?*: usos políticos da tecnologia de medição de leucócitos na articulação de ideias sobre diferença racial. In: II REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA. Belo Horizonte, 2009.
- INGOLD, Tim (Ed.). *Key debates in anthropology*. Routledge, 1996.
- KOFES, Suely. Apresentação: dossiê raça e gênero. *CADERNOS Pagu*, p. 6-7, 1996.
- LAGUARDIA, Josué. Raça, genética e hipertensão: nova LATOUR, Bruno. *A dialog on ANT*. 2004. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/articles/article/090.html>>.
- LATOUR, Bruno. How to talk about the body? The normative dimension of science studies. *Body and society*, v. 10, n. 2-3, 2004.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LEWONTIN, Richard. *A tripla hélice*: gene, organismo e ambiente. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [1998].
- LUNA, Naara. *Provetas e clones*: uma antropologia das novas tecnologias reprodutivas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- MAGGIE, Yvonne. Duas histórias representativas. *Folha de S. Paulo*, 11 de outubro de 2006.
- MAGGIE, Yvonne. Uma nova pedagogia racial? *Revista USP*, São Paulo, n. 68, dez./jan. 2005-2006.
- MAHER, Cristina Machado. *Nem tudo é estar fora*: o movimento de mulheres negras e as articulações entre raça e saúde. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Unicamp, Campinas, 2005.
- MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Tempos de racialização: o caso da “saúde da população negra” no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, 2005.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). Dossiê raça, genética, identidades e saúde. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, 2005.
- MARQUES, Fabrício. Apartheid genético – Classificação racial segregacionista inibiu miscigenação nos Estados Unidos. *Revista Pesquisa Fapesp*, jul. 2007.
- MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n. 1, 2001.
- MCKINNON, Susan. A obliteração da cultura e a naturalização da escolha nas confabulações da psicologia evolucionista. *Horizontes Antropológicos*, v. 7, n. 16, 2001.
- MONTEIRO, Marko Synésio Alves. *Os dilemas do humano*: reinventando o corpo numa era (bio)tecnológica. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp, Campinas, 2005.
- OLIVEIRA, Fátima. Afinal, o que os letrados chamam de ‘racialização’? *Observatório da Imprensa*, 18 de julho de 2006. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=390CID004>>.
- OLIVEIRA, Fátima. As síndromes falciformes e o PAF/MS. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (Eds.). *O livro da saúde das mulheres negras* – nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.
- PENA, Sérgio Danilo J. *À flor da pele* – reflexões de um geneticista. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007.
- PENA, Sérgio Danilo J. Razões para banir o conceito de raça da medicina brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, maio/ago. 2005.

- PINHO, Osmundo Santos de Araújo. *O mundo negro: socioantropologia da reafricanização em Salvador*. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp, Campinas, 2003.
- PINHO, Osmundo Santos de Araújo. Politização racial: crise hegemônica e pânico moral. *Fábrica de Ideias* – 10 anos de experiência, seminário internacional, Salvador, ago. 2007.
- PIRES, Francisco Quinteiro. A utopia nacional passa por uma democracia sem barreiras étnicas [entrevista com Antonio Risério]. *O Estado de S. Paulo*, 6 de janeiro de 2008.
- RABINOW, Paul. *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- RODRIGUES, Carolina Cantarino. *Políticas de ação afirmativa e o embate entre representações sobre as relações raciais no Brasil*. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Unicamp, Campinas, 2004.
- SANTOS, Ricardo Ventura; BORTOLINI, Maria Catira; MAIO, Marcos Chor. No fio da navalha: raça, genética e identidade. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, dez./jan. 2005-2006.
- SANTOS, Ricardo Ventura; MAIO, Marcos Chor. *Raça, genes, identidades e política no Brasil contemporâneo*. XXVII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2003.
- SANTOS, Ricardo Ventura; MAIO, Marcos Chor. Qual “Retrato do Brasil”? raça, biologia, identidades e política na era da genômica. *Mana*, v. 10, n. 1, 2004.
- SANTOS, Ricardo Ventura; MAIO, Marcos Chor. Antropologia, raça e os dilemas das identidades na era da genômica. *História, Ciência – Manguinhos*, v. 12, n. 2, maio/ago. 2005.
- SARTRE, Jean Paul. *Reflexões sobre o racismo*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- SEGURA-RAMIREZ, Hector Fernando. *Tiro no pé: biopolítica, relações racializadas, academia e poder no Brasil – 1823-1955/1997-2006*. Epistemologia do conhecimento (em rap menor). 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – Unicamp, Campinas, 2006.
- VELHO, Otávio. Rei nu. *Folha de S. Paulo*, 15 de setembro de 2006.
- VIGOYA, Mara Viveros. A propósito das relações entre etnicidade, cultura, poder e saúde. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Livio (Orgs.). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

Production of Substances, Unveilment and other Traps in Fight Against Racism in Contemporary Brazil

Abstract

In the area called “black public health” increases the interest about the African ancestry and the “racial diseases”. Concomitantly, genetics mapping researches have been done with the purpose to disavow “race” through the affirmation of miscegenation as the “real identity” of Brazilian people. These issues will be discussed in view of how the legitimacy and authority of biology are being mobilized to justify political positions. “Geneticization” is not the case here. But a politics of representation that reproduces dichotomies – between science and politics, for example – in an intense movement of hierarchization of predicates and production of substances. A critical position about this politics is necessary as a political critic about the biological determination and his substantialistic and unveiling logic.

Key words: identity, representation, racism, science, politics.

Producción de sustancias, revelación y otros riesgos en la lucha contra el racismo en el Brasil contemporáneo

Resumen

En la zona conocida como “salud de la población negra” crece el interés por la afrodescendencia y por las llamadas “enfermedades raciales”. Al mismo tiempo, los mapas genéticos se han hecho con el fin de deslegitimar la “raza”, a partir de la afirmación de la miscigenación como la “verdadera identidad” del pueblo brasileño. En este artículo, estos temas serán discutidos llevando en cuenta cómo la legitimidad y la autoridad de la biología se están movilizand para justificar posiciones políticas. La producción de identidades, mediada por la genética, no se discutirá aquí como un proceso de “naturalización”, “geneticización” o incluso “biologización” de la sociedad. Se trata de una “política de representación” que reproduce dicotomías –entre la ciencia y la política, por ejemplo– un intenso movimiento de jerarquía de los predicados y producción de sustancias. La crítica a esa política es necesaria como una crítica política a la determinación biológica y su lógica sustancialista y de revelación.

Palabras clave: identidad, representación, racismo, ciencia, política.

Data de recebimento do artigo: 31/3/2009

Data de aprovação do artigo: 16/4/2010